

Itamarandiba, 24 de Abril de 2007

Ilmº Sr. Presidente da  
Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do COPAM  
Diamantina – MG.

Assunto: Pedido de reconsideração de multa.

O Posto Bodão Ltda., não se conformando com a penalidade que lhe foi aplicada por esta URC em razão do acidente rodoviário ocorrido com o seu veículo que transportava combustível, na BR 367, Km. 603, no limite dos Municípios de Datas e Diamantina, região de Bandeirinha, distante 15 Km. da cidade de Diamantina, que é objeto do processo Nº 05442/2006/001/200, vem com o devido respeito perante este respeitável Colegiado para pedir a reconsideração da penalidade aplicada, pelas razões que passa a expor:

Conforme consta do processo, referido acidente foi resultado de uma fatalidade sem que para isso concorresse o requerente, seja por imperícia, imprudência ou negligência. Senão vejamos: o acidente ocorreu numa curva da estrada onde já ocorreram outros tantos, sendo que era noite e estava chovendo. O motorista que conduzia o veículo, Sr. Onofre Alves de Souza, é habilitado desde 12/11/87, e dirige carreta de combustível para o recorrente há dez anos sem jamais ter se envolvido em qualquer acidente automobilístico. Trata-se portanto de profissional do mais alto gabarito e responsabilidade. O veículo era semi-novo, o cavalo mecânico ano 2003 e a carreta/tanque ano 1997, totalmente revisados.

Incontinenti após tomar conhecimento do ocorrido o requerente tomou todas as providências legais cabíveis no sentido de minimizar os efeitos decorrentes do acidente, como contaminação do solo, contaminação de nascente etc., tendo contratado uma empresa especializada no assunto, a HAZTEC, que tomou todas as medidas necessárias neste sentido, conforme trabalho técnico consubstanciado no laudo que se encontra no processo e já é do conhecimento desta URC e dos senhores Conselheiros.

Com efeito, se o acidente ocorreu por motivos alheios à vontade e atuação do empreendimento, que não possui qualquer espécie de responsabilidade, não pode o mesmo ser sancionado pela ocorrência de um possível dano. O que era possível fazer para mitigar os efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes desta caso fortuito o Posto já providenciou, inclusive a remoção dos resíduos do local.

Não pode passar sem nota que os prejuízos sofridos pelo requerente foram de grande monta, porquanto houve perda total do veículo e da carga, deixando o requerente à beira da falência, haja vista que sua atividade não pode parar e teve que adquirir, às duras penas outro veículo para dar prosseguimento às atividades empresariais. Portanto, qualquer outra penalidade que lhe for eventualmente imposta apresenta-se como injusta, caracterizando um dupla penalização pelo mesmo fato.

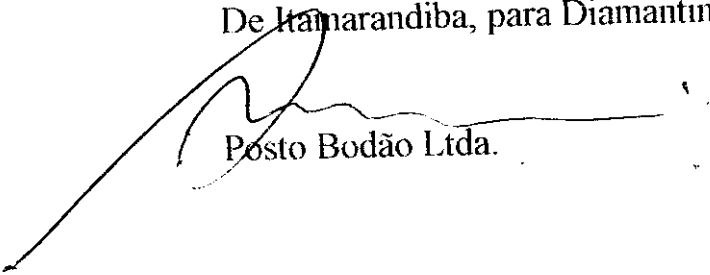
Some-se a isto que todas as providências determinadas pelos órgãos ambientais foram de pronto atendidas pelo requerente, que continua monitorando o local, sem deixar de atender a qualquer resolução destes órgãos, acompanhando inclusive a todos os atos deste processo, com atenção e respeito aos princípios legais.

Por derradeiro é importante observar que a votação pelos Senhores Conselheiros sobre a aplicação da multa não foi unânime, pelo contrário houve empate de votos, tendo o digno presidente desempatado favorável à aplicação da mesma.

Ante o exposto, requer a V. S<sup>a</sup> a reconsideração da penalidade aplicada, haja vista apresentar-se a mesma como inócua e injusta, não se podendo debitar ao Posto requerente a culpa pelo ocorrido.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

De Itamarandiba, para Diamantina, 24 de Abril de 2007.

  
Posto Bodão Ltda.